

Mulheres na Política: O Discurso de Fortalecimento da Representatividade

Feminina¹

Karla lopes da Silva Rodrigues²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a posição discursiva das mulheres visando o fortalecimento feminino na atual situação política do Brasil, bem como as especulações em relação a participação feminina, sendo apontada como posição inferior a participação masculina. Com um estudo de cunho bibliográfico foram analisados alguns tópicos fundamentais: a representação da mulher na família, as barreiras impostas pela sociedade patriarcal e a luta feminina em função da desigualdade política social entre homens e mulheres. Embora, não haja um alto valor quantitativo de participação das mulheres no cenário político foram consideradas as conquistas que de fato fizeram e, ainda hoje fazem a diferença na luta feminina.

Palavras- Chave: Mulher. Desigualdade. Representatividade. Política. Barreiras.

ABSTRACT: This article aims to analyze the discursive position of women aiming at women's empowerment in the current political situation in Brazil, as well as speculations regarding female participation, being pointed out as an inferior position to male participation. With a bibliographical study, some fundamental topics were analyzed: the representation of women in the family, the barriers imposed by the patriarchal society and the feminine struggle due to the social political inequality between men and women. Although there is not a high quantitative value of women's participation in the political scene, the conquests that actually made and still make a difference in the women's struggle were considered.

Keywords: Woman. Inequality. Representativeness. Policy. Barriers.

Introdução

A história registra a luta das mulheres por respeito e espaço na sociedade. Para uma mulher tudo parecia pecado, a figura feminina historicamente estava ligada ao sagrado seio familiar e a liberdade parecia profana. Essa cultura teve consequências significativas para a trajetória das mulheres, impactando seu modo de vida.

As mulheres, há anos, enfrentam o preconceito e as barreiras impostas por uma sociedade patriarcal que insiste considerar as mulheres como objetos, sem direitos e obrigadas a realizarem as atividades domésticas sobre o pretexto de serem atribuições inerentes à condição de ser mãe. Papéis secundários foram reservados à figura feminina, porque sua capacidade de liderança sempre foi questionada. Neste

¹ Este artigo é apresentado à Universidade Estadual de MS, sob a orientação do Professor Dr. Marlon Leal Rodrigues.

² Graduada em Pedagogia pela UNAES Anhanguera, Especialista em Educação especial e Gestão Escolar pela Anhanguera UNIDERP, Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de MS.

contexto e por considerar o tema relevante para discussão, este artigo apresenta um breve recorte histórico da pesquisa intitulada ‘O discurso da mulher na política’, do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

A intenção da pesquisa é estudar a posição discursiva adotada por mulheres que pleiteiam ocupar um espaço no parlamento ou na administração pública em Campo Grande-MS, destacando as ideias e os pensamentos, a postura discursiva adotada pelas mulheres na comunidade e as estratégias para enfrentar a violência que a mulher sofre no espaço político, a fim de superá-la, quebrando paradigmas machistas que reservam para as mulheres o papel de coadjuvantes, fazendo com que a capacidade de liderança feminina seja questionada e seu protagonismo colocado em cheque. O objetivo geral do estudo é analisar os discursos de resistência da mulher em defesa da representatividade feminina, assim como a posição discursiva das mulheres que fundamentam e fortalecem a luta feminista.

Como resultado parcial da pesquisa em andamento, este texto foi elaborado para apresentar um recorte histórico sobre a luta das mulheres pelo direito ao voto, destacando sua caminhada em busca de reconhecimento como cidadãs e respeito na sociedade. Para tanto, colocamos em evidência o movimento das sufragistas e o cenário de debates à época.

É importante considerarmos que a imagem construída da mulher foi influenciada por fatores sociais, políticos e religiosos, sendo a ela reservado o papel doméstico, afastando-a dos espaços de poder e de liderança na sociedade.

Diante de todo um contexto histórico de luta este corpus traz uma análise sobre o tema **‘Mulheres na política: o discurso de fortalecimento da representatividade feminina’**. Considerando a força com que mulheres, há anos, tem enfrentado o preconceito e as barreiras impostas por uma sociedade patriarcal que mesmo depois de séculos insiste em deixar a mulher na posição de coadjuvante, nos propomos a estudar um pouco sobre a participação das mulheres na política, e os desafios que elas enfrentam para ocupar espaços considerados masculinos.

A luta feminina por direitos políticos teve início com o movimento sufragista, entre o fim do século XIX e o início do século XX. O movimento tinha como objetivo organizar a luta das mulheres pelo direito ao sufrágio (voto). O sufrágio feminino foi

negado várias vezes, em razão de uma organização sexista da política, que considerava as mulheres como incapazes de atuar no meio político, assim mantinha o domínio político nas mãos dos homens. O movimento sufragista representou a primeira luta feminista no mundo, luta pela igualdade de gênero, que buscava garantir às mulheres o direito ao voto.

As sufragistas, queriam compreender por qual motivo eram confiáveis para exercer a docência nas escolas, no entanto eram consideradas incapazes de participarem da política. A resposta era que a participação das mulheres na política prejudicaria o desenvolvimento moral e conservação das famílias. Alguns filósofos iluministas chegaram a considerar que as mulheres possuíam menor capacidade intelectual para atividades políticas e para elas o que restava era a responsabilidade de zelar pela moral da família.

O início do movimento sufragista é datado a partir de 1897, com origens britânicas. A discussão teve como tema central os direitos políticos femininos, que já estavam sendo debatidos um século antes com a publicação da “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, em 1791, escrito por Olympe de Gouges, que apresentou uma crítica à “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, promulgada na França em 1789. Com isso a escritora foi julgada traidora dos ideais do país e foi sentenciada a morte (ABREU, 2002).

Assim como Olympe de Gouges (na França) era observadora crítica e atenta dos avanços que os homens conquistavam em termos de direitos civis e liberdade, Mary Wollstonecraft (na Inglaterra) também lutava para que as mulheres pudessem lograr o mesmo êxito. A sua obra intitulada ‘A Vindication of the rights of woman’, publicada em 1792, em Londres, tornou-se popular e expressiva na época, foi a principal obra em defesa dos direitos das mulheres no século XIX (MASSUIA & CAMPOI, 2016).

Embora o livro de Mary Wollstonecraft tenha sido considerado o fundador do feminismo moderno, foi no final do século XIX que o termo ‘feminismo’ ganhou notoriedade e popularidade. Estava instalada a primeira onda feminista em vários países que passaram a ser palco de movimentos de luta e em defesa do voto feminino (LOURO, 2014)

No Brasil, o movimento sufragista ganhou espaço no país no século XX, mas,

especificamente em 1910 através da professora baiana Leolinda Daltro que foi a fundadora do **Partido Republicano Feminino** e, doze anos depois, Bertha Lutz deu início à **Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. As organizações realizavam congressos, passeatas e abaixo-assinados buscando pressionar o governo em prol a obtenção de direitos da mulher.

No ano de **1932**, foi conquistado o direito ao sufrágio no Brasil no governo de Vargas, nessa época apenas mulheres alfabetizadas e assalariadas poderiam votar. No entanto mais tarde, com a Constituição de 1946, o voto tornou-se direito de todas as pessoas alfabetizadas e maiores de 18 anos, pessoas analfabetas puderam votar somente em 1985.

Diante disso, após décadas de luta por igualdade de direitos das mulheres questionamos acerca sobre ‘A participação das mulheres na política: o fortalecimento da representatividade feminina’. Considerando a força com que mulheres, há anos, tem enfrentado o preconceito que mesmo depois de séculos insiste em deixar a mulher em posição de inferioridade, nos propomos a analisar sobre a participação das mulheres na política, e os desafios que elas enfrentam para ocupar espaços considerados masculinos, pois não é de hoje que mulheres têm discursado pedindo respeito e igualdade de direitos.

A história mostra que mulheres lutaram por liberdade de expressar suas ideias, pensamentos e sentimentos e foram ignoradas e esquecidas pelo poder público e, até mesmo pela sociedade, muitas mulheres decidiram dar um basta nessa barbárie, decidiram lutar, ainda mais, por dignidade, igualdade e paridade de direitos.

Ainda hoje vemos muitas “Sufragistas” lutando contra diversas causas como a violência, por exemplo, que ocorre em diversas situações sociais, a amplitude causa espanto, pois não se trata, somente de violência doméstica, o desrespeito vai além, pois dificilmente mulheres conseguem alcançar espaços de poder, são barradas por diversos motivos, mesmo sendo extremamente capacitadas, o poder, por algum motivo, ainda hoje, acaba ficando sempre para os homens.

Portanto, não é possível mais desconsiderar a importância da mulher na sociedade brasileira, não é possível desconsiderar a luta das mulheres por mais

representatividade feminina na política e em diversos âmbitos sociais. Elas enfrentam o preconceito e descrédito em todos os setores e cenários. A história registra a luta da mulher para romper barreiras e quebrar preconceitos. Nunca foi e não será fácil, mas com determinação e foco, mulheres tem assumido novos papéis e estado presente em diferentes cenários da sociedade e da política no Brasil.

Diante a tudo o que foi apontado, o objetivo principal deste estudo é analisar o posicionamento feminino, por meio do discurso e dos movimentos, queremos entender o que a mulher, ainda, precisa fazer para quebrar paradigmas do preconceito, bem como o que precisa ser feito para que haja mais participação feminina na política e representatividade de fato.

Referencial Teórico

A história conta sobre os pesares femininos desde os primórdios, curiosamente, até um pouco antes da década de sessenta, por exemplo, o sexo para as mulheres causava dor e, até risco de morte, muitas morriam por septicemia após o parto, hemorragia ou útero perfurado. Durante séculos, dor, amor e morte estavam entrelaçados dentro do inconsciente das mulheres. Havia, ainda, a beleza que antigamente era, estranhamente, significado de saúde, a mulher bonita era a saudável e valente para os trabalhos de parto.

Quando a mulher, enfim, deixou de sentir com intensidade as dores do parto veio a beleza estética e seus padrões dolorosos tais como: magreza forçada e cirurgias estéticas de todas as maneiras, que sem cuidado, também, fez da mulher escrava. O que parece é que para a sociedade capitalista mulheres sempre precisaram sentir algum tipo de dor, seja biológica ou psicológica.

A verdade é que nunca deixaram de forçar a barra, por fim criaram padrões estabelecendo diferenças entre mulheres inteligentes e, claro, as fúteis, porque o machismo há séculos já sabia que as mulheres poderiam alcançar tudo, então houve a classificação e mais uma luta para a classe feminina... A batalha contra o preconceito. Absurdamente, quase tudo, causava dor e sofrimento a mulher, são vários os motivos de luta de direitos como cidadã.

Não deveria haver diferença, entre homens e mulheres, mas infelizmente há.

Parece que a humanidade evoluiu, porém nem tanto como deveria, ou as mulheres sempre foram punidas por pensar e não aceitar imposições, e por isso até hoje o machismo tenta silenciá-las.

As diferenças existentes entre os papéis diariamente exercidos por homens e mulheres, muitas vezes, obrigam que as mulheres façam escolhas, escolhas que nem sempre são desejáveis. Algumas deixam de ter filhos por uma carreira profissional, não se casam, outras abandonam a vida doméstica para ser a combinação completa do ambiente de trabalho. Na política, muitas vezes, deixam de ser quem são para passar um discurso de credibilidade, se dona de casa, com filho ou não ela se desdobra para não deixar de cumprir com os afazeres domésticos.

De acordo com relatos históricos as mulheres brasileiras, sempre foram educadas principalmente para exercer atividades do lar. As mulheres não podiam ter interesse por estudo, por isso, muitas foram consideradas doidas, elas não tinham o direito de frequentar escolas. Somente em 1827, por meio da Lei Geral, promulgada em 15 de outubro, foi que mulheres puderam frequentar escolas. Esta lei garantiu acesso apenas às escolas elementares. Mas, em 1879, as mulheres conquistaram o direito de cursar uma faculdade no Brasil. É curioso pensar que nessa época a mulher era apta para exercer a docência por ser considerada confiável, no entanto, não podia votar, pois não era considerada inteligente o suficiente.

O direito de votar, só foi conquistado pelas mulheres por meio da Constituição de 1932. Vale ressaltar que, na época, apenas as mulheres viúvas ou solteiras podiam ir às urnas exercer o seu direito de voto. As mulheres casadas (com a autorização dos maridos). Mesmo com dificuldades as mulheres foram aos poucos conquistando a sua cidadania em espaços em que predominava a presença masculina.

Somente depois da Segunda Guerra Mundial, com a carta das Nações Unidas veio o reconhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, demonstrando que tanto homens quanto mulheres poderiam participar dos conselhos em regime de igualdade de condições e voz. Em seguida, veio a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1951 que, inclusive, em seu artigo 1º, dispõe que “As mulheres terão, em igualdade de condições com os homens, o direito de voto em todas as eleições, sem nenhuma restrição”. Esse documento, além de trazer a garantia do direito das mulheres ao voto, a poderem

participar das eleições, sendo possível serem eleitas, permite que as mulheres possam ocupar cargos públicos com igualdade de condições com os homens. Todavia, foi com a Constituição de 1982 que os direitos, princípios e garantias fundamentais foram realmente consolidados.

É importante analisarmos a presença da mulher no ‘mundo público’ e o avanço de sua participação no movimento político e social. A autora, Salete Maria da Silva, escreveu sobre a participação das mulheres no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988’. Salete, ressaltou sobre a participação das mulheres na Assembleia Nacional Constituinte, registrando uma série de conquistas jurídicas e políticas.

(...) apesar da ação conjunta e da articulação de uma identidade coletiva, após a aprovação das normas constitucionais, ainda permaneceram alguma ‘brechas’ através das quais se pode perceber que nem todas as mulheres conquistam, ao mesmo tempo, os mesmos direitos fundamentais, haja vista a interferência de questões culturais, econômicas, políticas e até mesmo religiosas, conforme aconteceu com as empregadas domésticas, as donas de casa, as defensoras da descriminalização do aborto e muitas mulheres lésbicas, cujos anseios por cidadania plena não restaram totalmente atendidos no âmbito desta Carta Magna. Quanto às conquistas auferidas pelas mulheres no processo constituinte de um modo geral, a fala das diversas entrevistadas demonstra a necessidade de uma abordagem interdisciplinar e feminista de todo o arcabouço jurídico, a começar pelo campo constitucional, bem como a importância da ampliação da ideia de cidadania que, segundo as reflexões (e, sobretudo as ações) das participantes do lobby, não comporta mais a velha perspectiva liberal que caracteriza o referido conceito como a simples existência de direitos abstratos previstos formalmente, mas, ao contrário, exige uma nova visão mais aproximada dos interesses e das lutas de emancipação das mulheres assim como dos demais excluídos da história. (SILVA, 2011, p. 297)

Mesmo com os avanços, a luta da mulher continua sendo dura, porque as condições de fato ainda não são totalmente reais. A mulher enfrenta diferença salarial no mercado de trabalho, mesmo exercendo as mesmas funções que um homem. Para executar a mesma função, em 2021, as mulheres ganharam 20% a menos que os

homens (IBGE, 2021).

Nos últimos tempos, mesmo com dificuldades, elas vêm rompendo barreiras e ocupando espaços em diferentes cenários da sociedade, sua presença é forte na economia formal, representando, segundo dados do IBGE (2019), mais de 40% da força de trabalho, tendo também presença marcante na economia informal. No Brasil são aproximadamente 25% dos lares sustentados apenas por mulheres (IBGE, 2019).

Na política, a mulher enfrenta o desafio da violência política de gênero, que oferece a elas obstáculos para desanimá-las, impedindo-as de almejar cargos políticos. Poucas mulheres são eleitas e ocupam espaço no parlamento e na administração pública, há poucas vereadoras, deputadas, senadoras, prefeitas e governadoras. Essa é uma realidade que destoa do fato de que a mulher no Brasil hoje é a maioria da população e do eleitorado (52,5%). São mais de 105 milhões de pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019).

Infelizmente, a diferença entre homens e mulheres existe e massacra a mulher que, mesmo “depois de décadas de lutas feministas e da inegável evolução nas condições de vida de muitas mulheres, é evidente que o seu acesso a posições de liderança ou de poder nas inúmeras organizações de diferentes domínios ainda não é um fato, e a possibilidade de mudança nesse sentido é pouco segura” (NOGUEIRA, 2006, p. 57).

Todavia, ainda há muito o que fazer, porque o preconceito e o descrédito são reais e significativo, o que dificulta o crescimento da mulher em espaços de poder. A política tem mostrado o cansaço feminino, por exemplo, os partidos políticos, dificilmente conseguem atingir o percentual de 30 % de candidatura de mulheres. São muitos os fatores causadores da desistência feminina, falta de incentivo familiar e da sociedade, pelo preconceito, pelo fato de as mulheres terem várias funções ao mesmo tempo e pelo receio do que irão enfrentar.

No ano de 2021, o TSE iniciou uma campanha de incentivo à participação feminina na política, a proposta principal foi enfatizar a violência de gênero coletando depoimentos de mulheres que sofreram violência de gênero na política, principalmente na eleição do ano de 2020. A campanha foi estrelada por mulheres que representam a diversidade feminina com o objetivo de encorajar mulheres a concorrerem por espaços que, ainda hoje, são considerados masculinos.



<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021>

Na imagem utilizada para a campanha analisamos que há mulheres de idades variadas e diferentes tipos físicos. Como estrela principal da campanha está a atriz brasileira, Camila Pitanga, que há pouco tempo fez declarações sobre a sua orientação sexual. Utilizaram na imagem a cor Lilás que simboliza respeito e dignidade para focar atenção ao respeito a diversidade e as diferenças. E, ainda sinalizaram de modo acentuado os termos “Mais mulheres na Política e Sem Violência de Gênero”.

Assim, podemos analisar que o propósito da campanha foi trazer mais mulheres para a política, mulheres de todos os tipos, sem distinção e qualquer tipo de preconceito. O objetivo foi fazer crescer a representatividade feminina, de fato.

Mulheres são maioria entre os 150 milhões de eleitores, somando 53%. No entanto, são minoria nos cargos de representação. Nos últimos 195 anos, a Câmara dos Deputados por exemplo, teve 7.333 deputados, incluindo suplentes. Apesar de conquistarem o direito de serem eleitas em 1933, as mulheres ocuparam somente 266 cadeiras nestes quase 90 anos (TSE; 2022).

Atualmente, a cidade de Palmas (TO) é a única capital comandada por uma prefeita, eleita, no Brasil. Ressaltando que a capital, Campo Grande, (MS), atualmente, também está sendo comandada por uma mulher, isso se deve a renúncia do antigo prefeito para concorrer ao cargo de governador. Em todo o país, foram escolhidas, nas Eleições Municipais de 2020, 666 mulheres para comandar prefeituras, entre os 5.463

eleitos. Isso representa cerca de 12% do total de eleitos. Já para as câmaras municipais, foram 9.277 vereadoras eleitas (16%), contra 48.265 vereadores (84%) (TSE; 2022)

Os dados mais recentes, reflexo da política de 2020, feito pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupa o 145º lugar no ranking em número de mulheres no Parlamento, de um total de 187 países. Na América Latina, o país está à frente apenas de Belize (154º) e Haiti (187º, sem dados). Lideram o ranking Ruanda (1º), Cuba (2º), Nicarágua (3º) e México (4º) (TSE; 2022).

Os dados mostram que mesmo depois de 90 anos da conquista do voto feminino, ainda é preciso avançar mais. As mulheres constituem a maioria do eleitorado no Brasil, no entanto, no cenário político, ainda não possuem uma representatividade que seja de fato significativa.

Ressaltamos que além da baixa participação feminina na política, ainda existem aquelas que depois de eleitas não representam as mulheres, não priorizam leis em benefício das mulheres, não lutam para que as políticas públicas em defesa da mulher saiam do papel.

No ano de 2020, as mulheres ficaram como responsáveis de presidirem 7 das 25 comissões permanentes da Câmara de Deputados Federais, em Brasília. Foi a primeira vez, que uma mulher esteve à frente de uma comissão considerada a mais importante da Casa - a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) que analisava a constitucionalidade e a juridicidade de todas as propostas em análise na Câmara e na ocasião aprovaria projetos em caráter conclusivo, sem precisar passar pelo Plenário. No entanto, houve discordâncias causando divisão na bancada feminina, muitas parlamentares demonstraram não defender os direitos das mulheres.

A deputada, Talíria Petrone relatou que acredita que nem sempre a eleição de uma mulher para um cargo de comando significa avanço para os direitos das mulheres. “Não basta ser mulher, é preciso ser uma mulher comprometida com um conjunto de lutas históricas travadas por tantas que abriram caminho para a gente ocupar espaço de poder.” (Agência Câmara de Notícias, 2021)

O fato é que, infelizmente, parece que às vezes a mulher tem que lutar contra o discurso de outra mulher, o que dificulta ainda mais o cenário de fortalecimento da representação feminina na política, aumentando os desafios e fazendo com que muitas mulheres desistam de lutar por um espaço no parlamento, o que consequentemente

agrava a situação da representatividade feminina.

Mesmo com tantos desafios temos que considerar que estamos avançando, lentamente, mas estamos. Essa evolução de acordo com estudos recentes, realizado pelo Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, se deve ao aumento do nível da escolaridade das mulheres, em especial o nível universitário.

Embora isso seja um fato, ações afirmativas e de valorização e defesa dos direitos das mulheres precisam ainda ser efetivadas em sua plenitude e outras criadas para garantir mais condições para que as mulheres estejam em regime de igualdade, mesmo com suas diferenças, disputando vagas e posições nos cenários de poder com os homens.

Mesmo com avanços, conquistar espaços e marcar presença na sociedade é difícil para as mulheres. É como se elas tivessem que convencer os outros o tempo todo da sua própria capacidade e, convencer outras mulheres que também são capazes.

Corroboramos o entendimento de Marcuschi (2004) que afirma que o falante usa o seu vernáculo em sua convivência social, nas interações do dia a dia, para atender as necessidades de comunicação com os seus interlocutores, em seu espaço social. Assim a linguagem estabelece a interação necessária para o convívio em sociedade, sendo uma prática social.

É, também, fundamental destacar que a relação entre linguagem e mundo, e ainda entre os sujeitos do discurso e o pensamento não se constitui em uma relação direta, transparente, ela é concretizada por meio das mediações (ORLANDI, 2012). Dessa forma, o discurso enquanto instância material dessa relação possibilita a construção teórica de subsídios para a compreensão dos processos de comunicação e produção de sentido, definindo a identidade dos sujeitos e marcando o seu papel no cenário social.

De acordo com Pêcheux, a nossa memória discursiva é como um espaço de regularização da materialidade discursiva, espaço potencial de coerência dos sentidos a um determinado direcionamento ideológico. (PÊCHEUX, apud Ponsoni, 2020).

Nosso discurso é reflexo das nossas ideologias e de tudo que vivemos linguisticamente. Nós reproduzimos o que assimilamos ou inserimos outra significação para o que absorvemos no processo de interação, reestruturando as ideias, mesmo que sejam contraditórias. Esse processo cria uma cadeia discursiva que envolve diferentes

sujeitos.

Para vencer as barreiras que por anos foram impostas por uma sociedade patriarcal, a mulher precisa inserir ao seu discurso força e poder de persuasão, encontrando estratégias que fazem com que sua voz seja ouvida. Ela precisa ouvir outras mulheres com intuito de não representar a si mesma, mas representar todas as mulheres, pois o que faz a diferença não é a quantidade de participação feminina e, sim, a qualidade dessa participação. Estar em posição de poder e ser mulher não importa, o que importa de fato é pensar como uma mulher e compreender as necessidades e anseios de outras mulheres, o que importa é fazer com que a categoria feminina se sinta representada.

Conclusão

Este texto teve como propósito apresentar uma análise baseado no tema do projeto de pesquisa de mestrado em Letras da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com o tema 'o discurso de representação da mulher napolítica.

Trata-se de um tema que se reveste de importância no cenário acadêmico, pois é fundamental reforçar o discurso em defesa de mais espaço e direitos para as mulheres na sociedade. Mesmo com todos os desafios sociais e econômicos, muitas mulheres lutam para assumir ou manter posição de liderança em diversos espaços sociais, porque acreditam que somente se colocando em espaço de luta por respeito e dignidade, elas conseguirão sobreviver em uma sociedade histórica e culturalmente machista, marcada pelo patriarcado estrutural e institucional que reserva para as mulheres papéis secundários.

Então, essa consciência de que é preciso se movimentar para ter mais espaço e voz tem provocado o surgimento de movimentos feministas que focam quebrar a bolha da desigualdade ancorada no preconceito estrutural.

Os desafios são ainda maiores quando a mulher busca posição no cenário político, que é tradicionalmente considerado um espaço essencialmente masculino, conseguir assumir uma vaga na administração pública ou uma vaga no parlamento não tem sido fácil para a mulher, porque ela precisa ser ainda mais combativa que o homem e demonstrar mais capacidade e competência para convencer o eleitorado

brasileiro de que ela é merecedora do seu voto.

Nesse contexto, evidenciamos a inquietação acerca da dificuldade e da luta árdua que as mulheres têm para se impor no cenário político. Seus discursos políticos precisam ser mais carregados de força e voz, por isso elas precisam sempre rever estratégias para vencer o preconceito, precisam inovar sempre para mostrar a que vieram e que têm condições de participar de forma atuante do mundo político em iguais condições e, muitas vezes, até com mais garra quemuitos homens.

É necessário destacar que só se combate a violência política dando mais espaço as mulheres dentro dos próprios partidos políticos. Elas precisam ter oportunidades iguais nas disputas eleitorais, podendo ascender à cúpula do partido, ou não, onde terão acesso à rede de contatos, recursos e maior visibilidade. É fato que depois de eleitas, essas mulheres podem ainda estar na mira da violência política, que ocorre sempre quando o sistema machista e patriarcal busca maneiras de silenciá-las, ou até mesmo anulá-las, impedindo de exercerem as prerrogativas inerentes ao cargo que ocupam.

Por isso, é preciso que condutas assim sejam criminalizadas, é preciso que haja mais campanhas, que mobilizem as pessoas a ocuparem espaços como a internet, por exemplo, com consciência crítica entendendo que é papel de toda a sociedade o combate à violência contra a mulher.

Em suma, consideramos importante analisar a posição discursiva de mulheres que buscam o fortalecimento da representatividade feminina através de seu próprio discurso, destacando o seu protagonismo em busca de respeito e reconhecimento como sujeito capaz de escrever a sua história e atuar na sociedade de forma a promover a tão esperada transformação social, quebrando paradigmas e colocando a mulher na posição social que ela tem o direito de estar, possibilitando mais representatividade feminina não só na política como também em outros espaços que, ainda hoje, são considerados masculinos, porque lugar de mulher é onde ela quiser estar.

Referências

ABREU, Zina. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Arquipélago. História, 2ª série, VI (2002).

BRASÍLIA. **Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher.** Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/ConvDirPolMulh.html>. Acesso em 14 de jun. de 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados estatísticos.** 2019/2020 Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 09 de jun. de 2021.

Lara Haje; Agência Câmara de Notícias; Disponível em <http://www.camara.leg.br/noticias/735646-mulheres-presidem-7-das-25-comissoes-permanentes-da-camara/>

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARCUSCHI. Luiz Antonio. **Da fala para a escrita:** atividade de retextualização. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

MOVIMENTO SUFRÁGISTA; UOL; Mundo Educação Disponível em <https://mundoeducacao.uol.com.br/politica/sufragio-feminino.htm>. Acesso em 10 de julho de 2022 NOGUEIRA, Maria da Conceição de Oliveira Carvalho. Os discursos das mulheres em posições de poder. Cad. psicol. soc. trab., São Paulo. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516- Acesso em 17 março de 2021.

ORLANDI, Eni. **Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico.** 6 edição. Campinas: Fontes, 2012.

PECHEUX, apud Posoni **Papéis discursivos para mulher: uma análise dos casos da revista veja e do discurso presidencial brasileiro.**

Disponível <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/163202/161693>

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder.** Rev. Social. Polit, Curitiba, v.18, n. 36, p.15-23, jun. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/sciele.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 12 fev. 2022.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2010. P.138.

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Julho>. Acesso em 14 de maio de 2022.

Para Citação:

RODRIGUES, Karlo Lopes da Silva. **Mulheres na Política: O Discurso de Fortalecimento da Representatividade Feminina.** In: Web-Revista Discursividade, Estudos Linguísticos, Volume 27, ISSN 1983-6740, Janeiro/2025. Pp. 98-112: Consultar no Portal de periódicos científicos da Editora e Livraria Pantanal, <http://ojs.pantanaleditoraeditoria.com.br>